

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

## **Miedo y Sospecha: argentinos en Brasil (1976-1983).**

Quadrat, Samantha Viz (Universidade Federal Fluminense, Brasil).

Cita:

Quadrat, Samantha Viz (Universidade Federal Fluminense, Brasil). (2007). *Miedo y Sospecha: argentinos en Brasil (1976-1983)*. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/760>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

**XI° JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA  
Tucumán,**

**Mesa Temática Abierta:** Historia y Memoria de los exilios latinoamericanos y españoles en el siglo XX. (n° 83)

**Autora:** Quadrat, Samantha Viz

**Universidad:** Universidade Federal Fluminense (Niterói – Brasil)

**Facultad:** História

**Dependencia:** Departamento de História e Núcleo de Estudos Contemporâneos

**Cargo Docente:** Professora de História da América Contemporânea.

**Dirección:** Rua Lara Vilela 210 ap 902 - São Domingos – Niterói – Rio de Janeiro  
Brasil – CEP:24210-590

**Teléfono:** 55-21-26130940

**Fax:** 55-21-26292949

**Correo electrónico:** samantha.quadrat@gmail.com

**Título:** Miedo y sospecha: argentinos en Brasil (1976-1983)

**Medo e suspeita: argentinos no Brasil (1976-1983)<sup>1</sup>**

Em 24 de Março de 1976, o golpe civil-militar no Brasil estava às vésperas de completar doze anos. Desde 1974, o presidente-general Ernesto Geisel havia anunciado o início do processo de abertura política “lenta, gradual e segura”. Até aquele momento a ditadura brasileira já havia provocado a saída de milhares de brasileiros para o exílio.<sup>2</sup> Uruguai, Chile, Argentina, Cuba, México e países europeus haviam se transformado paulatinamente em refúgios (não tão seguros como veremos mais adiante) para os brasileiros que fugiam da repressão política.

No entanto, desde o início da escalada da violência política na Argentina, antes mesmo do golpe de 1976, a ditadura brasileira assistiu, não sem preocupação, a um movimento diferente do que até então estava acostumada: a chegada de argentinos que buscavam abrigo em outras terras.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Algumas das análises realizadas nessa comunicação fazem parte do artigo “Exiliados argentinos en Brasil. Una situación delicada”. in: YANKELEVICH, P. y JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios .Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

Gostaria de agradecer o apoio da FAPERJ e do Fundo Setorial de Infra-Estrutura (CT-INFRA) por intermédio do MCT/CNPq para o projeto “O exílio argentino no Brasil ditatorial”, contemplado no edital Primeiros Projetos.

<sup>2</sup> Sobre o exílio brasileiro ver: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>3</sup> Não era a primeira vez que o Brasil recebia estrangeiros, ainda que sem o status legal de refugiados. O Brasil foi o país latino-americano que mais recebeu refugiados da Segunda Guerra Mundial. Estima-se que cerca de 40 mil pessoas tenham chegado em 1951, ano em que entrou em vigor a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados promovida pela ONU. Destacando-se também um alto número de portugueses

A ditadura brasileira acompanhava com atenção os passos dos países vizinhos. Acreditava que por estar num processo de transição política à democracia o Brasil poderia servir de plataforma para os grupos de esquerdas latino-americanos, especialmente para a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR)<sup>4</sup>, que viria servir de “motivo” para a criação do Plano Condor, o ápice das ações conjuntas entre as forças de repressão nos países sob ditadura no Cone Sul, oficializado em 1975.<sup>5</sup> Em função dessa idéia redobrou seus cuidados e buscou informações sobre o que acontecia dentro e fora das fronteiras.

No documento escrito pela Polícia Federal e endereçado ao ministro da Justiça, Armando Falcão, a exposição dessa preocupação:

“Senhor ministro: Este Departamento está seriamente preocupado com a situação dos refugiados que se encontram atualmente no país, em sua maioria de nacionalidade argentina. Essa preocupação é ainda maior pelo fato de sabermos que grande número desses refugiados é constituído de elementos ligados aos movimentos terroristas em seus respectivos países.”<sup>6</sup>

A vinda de argentinos para o Brasil não era motivo de preocupação apenas para o governo brasileiro, a ditadura na Argentina também acompanhava os passos de seus cidadãos. Nutria a mesma preocupação: a decisão de permanecer num país vizinho apontava para um possível retorno.

No documento secreto de 27 de Fevereiro de 1978, um assessor do governo brasileiro relatava ao ministro da Justiça uma conversa com o embaixador argentino.

“Durante o jantar foi levantado o tema dos criminosos políticos argentinos vivendo atualmente no Brasil. Esclareceu o embaixador que o assunto é acompanhado com bastante interesse pelas autoridades do seu país. Que a principal base de apoio dos

---

e espanhóis que fugiam do salazarismo e do franquismo respectivamente. Além deles, ainda que sem o status de refugiados, argentinos também chegaram ao Brasil fugindo da “Revolução Argentina” (1966-1970).

<sup>4</sup> A Junta de Coordenação Revolucionária foi criada em novembro de 1972, durante um encontro entre os dirigentes do MIR (Chile), ERP (Argentina), MLN-Tupamaros (Uruguai). Posteriormente, o ELN (Bolívia) foi convidado a se integrar. No Brasil, os militares acreditavam que o MR-8 seria seu principal contato.

<sup>5</sup> Sobre o tema ver: QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras*. Niterói/Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História /UFF, 2005. Tese de doutorado.

<sup>6</sup> Processo 100877/77 – Caixa 616/05282 – Fundo DSI/Ministério da Justiça – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

elementos é D. Paulo Evaristo Arns<sup>7</sup> com quem eles mantêm contato e que no mês passado houve, no Rio de Janeiro, uma reunião entre os principais remanescentes dos grupos ERP e Montoneros, as principais organizações paramilitares da Argentina. O Embaixador acha viável o Brasil manter contato com as autoridades de seu país a fim de resolver esse problema e considera mesmo que tal contato devia ser feito enquanto não há por parte deles nenhuma ação. A Argentina estaria pronta a conceder passaporte para aqueles que se encontram em situação irregular para que tomem o caminho para fora do Brasil. Considera no entanto que o assunto deve ser objeto do maior sigilo a fim de evitar explorações que contrariariam o interesse do governo dos dois países.”<sup>8</sup>

Sem dúvida, as ditaduras que atravessavam Argentina e Brasil serviram para aguçar essa preocupação, no entanto, ela não é fruto desse período. Reznik aponta que ,

“uma rede de internacional de relações policiais, especialmente no tocante às questões políticas, está estruturada, pelo menos, desde os anos 1940. Houve trocas rotineiras de informações, envio de instrutores e profissionais especializados em inteligência, propostas de trabalhos conjuntos na área de prevenção e repressão aos crimes contra a ordem pública e social. Reconhecendo a superioridade técnica e profissional do Federal Bureau of Investigation (FBI), solicitou-se, por vezes o seu auxílio.”<sup>9</sup>

Em 24 de março de 1948, o diretor geral de investigações do Chile, Luiz Brun D’Avoglio, escrevia para o chefe da polícia de investigação brasileira, Antonio José de Lima Câmara, sugerindo a criação de um projeto de coordenação policial para o continente americano com os objetivos de unificar as forças de segurança da região e criar um arquivo sobre os “agitadores” políticos nacionais e internacionais.<sup>10</sup> Para justificar a sua proposta, Brun D’Avoglio não apenas citava o “perigo comunista que

---

<sup>7</sup> D. Paulo Evaristo Arns é uma figura ímpar ao longo de toda a ditadura brasileira, especialmente a partir dos anos de 1970. Ao lado do pastor Jaime Wright foi um dos principais articuladores do projeto *Brasil: Nunca Mais* (a reunião clandestina de processos que tramitavam na Justiça Militar de onde foi possível fazer uma radiografia da repressão brasileira e identificar alguns de seus torturadores) e do grupo *Clamor* (que denunciava os crimes de violações de direitos humanos, localizava crianças *apropriadas*, ajudava a quem chegava clandestino ao Brasil e atuava como ponte junto a grupos como Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, Anistia Internacional e o próprio ACNUR).

<sup>8</sup> Processo nº 100166/1978 – Caixa 3540/00010 – Fundo DSI/Ministério da Justiça – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

<sup>9</sup> REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional*. Rio de Janeiro:FGV, 2004. p. 21 . Embora reconheça a importância da influência estadunidense na formação das Forças Armadas e polícias latino-americanas, devemos ressaltar a decisiva participação francesa nesses treinamentos e na formulação de novas técnicas de combate à oposição, especialmente após a Guerra de Libertação da Argélia. Sobre o tema ver: QUADRAT, Samantha. *op. cit.*

<sup>10</sup> Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – Setor Sul-Americano - 07 – 153.

pairava no ar da região”, mas também a uma série de acordos e debates prévios a 1948. É o caso do Primeiro Congresso Latino-Americano de Criminologia, ocorrido em Buenos Aires, em 1938, quando o próprio Chile teria proposto a criação de uma “Oficina Internacional Sud-Americana de Informaciones”, voltada prioritariamente para o intercâmbio de informações sobre os “delinqüentes internacionais”. Segundo Brun, a idéia teve calorosa recepção entre as delegações presentes.<sup>11</sup>

Especialmente, a partir dos anos 1950 é possível acompanhar nos acervos das polícias políticas brasileiras uma crescente troca de informações entre as polícias do Cone Sul, inclusive informando sobre viagens de militantes ou representantes oficiais dos partidos de esquerdas. Da mesma maneira, é possível acompanhar a própria espionagem brasileira nos países vizinhos ansiosa por conseguir maiores informações das forças políticas de esquerda na região. É o caos do relatório sobre a Argentina desde a queda de Perón até a campanha presidencial de 1963. Nesse documento a avaliação e a troca de informações:

“Focalizada a situação política entre, digo, existente no Brasil e na Argentina, dizem os meios militares argentinos que todas as greves que vêm se realizando não só na Argentina como no Brasil, são de inspiração comunista, acrescentando aquelas autoridades (militares) que nas fronteiras entre a Argentina e o Brasil, igualmente na do Uruguai, há movimentos subversivos vinculados ao deputado Leonel Brizola.”<sup>12</sup>

Em 11 de Fevereiro de 1970, dois argentinos foram detidos pela polícia brasileira que encaminhou para o cônsul argentino no Brasil um pedido de informações sobre a ideologia política de ambos.<sup>13</sup> Atendendo ao pedido da polícia, o cônsul informou que nada constava sobre os dois homens detidos.

Essas ações serviram de embrião para o Plano Condor, hoje alvo de vários processos judiciais.

No arquivo paraguaio conhecido como do Horror ou do Terror foi encontrada a documentação enviada pelo general chileno Manuel Contreras (líder da DINA, a polícia política *pinochetista*) aos demais chefes da área de repressão e informação da

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – Setor Sul-Americano - 08.

<sup>13</sup> Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – Setor DGIE - Pasta 132.

Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai convidando-os para uma reunião entre os dias 25 de Novembro e 01 de Dezembro de 1975, em Santiago do Chile.

Na visão chilena (e que como vimos acima não era nova) estava em curso um processo de internacionalização das esquerdas e da subversão que deveria ser combatido de forma conjunta. A materialização dessa união se daria através da Junta de Coordenação Revolucionária. No entanto, devemos desde já fazer uma observação: a maior parte das vítimas do Condor não pertencia a essa organização.

Na primeira reunião vários pontos ficaram acertados para o início da Operação. Dentre eles podemos destacar: o organograma de funcionamento; o estabelecimento de códigos para a troca de correspondências; a DINA seria a sede de toda a Operação; deveria ser criado um arquivo central de informações; incentivo às melhorias nas comunicações entre os serviços de inteligência e repressão e o estabelecimento de reuniões periódicas de avaliação do funcionamento da Operação.

Aproximadamente um ano depois, entre os dias 13 a 16 de dezembro de 1976, os signatários da primeira reunião se encontraram novamente, desta vez em Buenos Aires. Durante essa ocasião o agente secreto do FBI, Robert Scherrer, pode confirmar a existência de uma operação conjunta e coordenada entre os países e informar isso aos seus superiores norte-americanos através do telegrama datado de 28 de setembro de 1976. A informação enviada por Scherrer dá conta de que a Condor teria três fases, a saber: a fase um seria a formalização da cooperação e a montagem da estrutura que daria suporte às ações, como expusemos acima, a fase dois seria composta pelas ações na região do Cone Sul e a fase três seria a realização de ações fora do território de todos os países envolvidos.<sup>14</sup>

Para a primeira reunião o Brasil não enviou representante. De fato, a participação brasileira tem despertado polêmicas, declarações contraditórias, aparecimento de novos documentos e depoimentos de familiares ou vítimas do vôo do condor. Em especial, no meio acadêmico, tem se discutido a participação brasileira no momento em que o presidente Ernesto Geisel havia anunciado a abertura “lenta, gradual e segura”.<sup>15</sup>

Diante desse quadro de crescente intercâmbio policial e militar devemos nos perguntar o que levou alguns argentinos a saírem de uma ditadura para outra.

---

<sup>14</sup> O telegrama de Scherrer faz parte da documentação norte-americana liberada pelo governo. Essa documentação está disponível para consulta no *site do* National Security Archive (<http://www.nsarchive.org>).

<sup>15</sup> Devemos observar que apenas o Brasil acenava a possibilidade de abertura. Nos demais países essa discussão só veio a acontecer nos anos 80.

No decorrer dessa pesquisa não foi possível quantificar o número exato de argentinos que se instalaram no Brasil ou que pelo país passaram até conseguirem o status de refugiado dado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e partirem para outros países.<sup>16</sup>

O Brasil é membro fundador do Comitê Consultivo do ACNUR. Em 1960, ratificou a Convenção de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, com a reserva temporal (reconhecia como refugiados apenas os cidadãos perseguidos na Europa antes de 1951) e geográfica (só reconhecia como refugiados pessoas de origem européia).<sup>17</sup> Nesse sentido, os latino-americanos que chegavam ao Brasil recebiam o visto de turista por 90 dias e nesse mesmo período o ACNUR deveria se encarregar de buscar outros países dispostos a recebê-los. Em função do alto número de pessoas que chegavam dos países vizinhos - estima-se cerca de 20 mil entre argentinos, chilenos, paraguaios, uruguaios e outros - foi aberto, em 1977, um escritório do ACNUR, no Rio de Janeiro, em acordo *ad hoc* com o governo brasileiro.

A ação do ACNUR era considerada lenta e gerava tensão na Polícia Federal brasileira, que avaliava não possuir pessoal suficiente para manter vigilância sobre os refugiados, que poderiam estar “transmitindo técnicas de guerrilha urbana a brasileiros.”<sup>18</sup>

Para examinar a questão foi criado pelo governo brasileiro um grupo informal, composto por representantes do Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Justiça e o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. O grupo concluiu, dentre outros fatores, que: o ACNUR deveria retirar o mais rápido possível as pessoas sob sua proteção, afinal o Brasil só as recebeu por razões “estritamente políticas e humanitárias”<sup>19</sup>; deveria ser organizado um fichário completo de todas as pessoas que se colocassem sob a proteção do ACNUR, valendo-se de dados fornecidos pela própria agência;

---

<sup>16</sup> Parte da documentação burocrática do ACNUR pode ser consultada no Arquivo Nacional – Fundo DSI/Ministério da Justiça (Rio de Janeiro – Brasil). Cabe ressaltar que nem todos os argentinos que fizeram do Brasil um lugar de passagem pediram o status de refugiado.

<sup>17</sup> No que diz respeito ao estatuto de refugiado o Brasil aprovou a Convenção de 1951 em 1960 e aderiu ao Protocolo de 1967 em 1972. Nesse último documento caía a “reserva temporal”. Com o passar do tempo a definição da origem, apenas européia, foi se transformando tendo o Brasil recebido refugiados da África e da Ásia. No entanto, o fim da “reserva geográfica” só veio mesmo a ocorrer em 1989, com o país já democratizado.

<sup>18</sup> Processo 100877/77 – Caixa 616/05282 – Fundo DSI/Ministério da Justiça – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

<sup>19</sup> Não deixa de ser curioso observar que os exilados brasileiros tinham sérias críticas ao Ministério de Relações Exteriores e aos consulados e embaixadas. Primeiro, por não tê-los ajudado no momento do golpe de 11 de Setembro de 1973, no Chile. Segundo, pela freqüente negativa de registrar como brasileiras as crianças nascidas no exílio de seus pais.

reconhecia que a questão era mais de natureza política do que jurídica, pois temia uma repercussão política e jornalística nacional e internacional que lhe fosse desfavorável e que beneficiasse o “movimento comunista internacional”<sup>20</sup>; ressaltava que a tolerância e boa-vontade não eram inesgotáveis e podiam estar próximas dos seus limites e que deveria ser exercido um grau razoável de controle e fiscalização. No entanto, o funcionário que escreveu o relatório sugeriu que fossem adotadas medidas que visassem dificultar e desestimular a ação do ACNUR no Brasil. Dentre essas medidas, o fornecimento dos endereços e a apresentação de todos na Polícia Federal para serem fichados.<sup>21</sup> Podemos interpretar tais ações como uma tentativa do governo de exercer maior controle e disseminar o medo entre os que chegavam.

Essa referência à atuação do ACNUR era necessária visto que o Brasil serviu como passagem para outros países. No entanto, outros argentinos resolveram ficar, não buscaram o ACNUR, e são as suas trajetórias que conheceremos daqui por diante.

\* \* \*

Como falamos no início dessa comunicação, ao iniciarmos a nossa pesquisa uma das principais questões era tentar entender a razão que havia levado alguns argentinos a virem para o Brasil e aqui se fixarem. Afinal, o Brasil também possuía um governo ditatorial e as notícias de ações conjuntas das forças de repressão já circulavam pela região.

Do Brasil pouco ou quase nada sabiam. A visão era a mais estereotipada possível. Era o país do futebol, do samba, do carnaval. Politicamente, alguns sabiam que o *pior* já havia passado, numa referência aos anos de 1970 a 1974, considerados o auge da violência política no país.<sup>22</sup>

Para alguns o Brasil seria apenas um lugar de passagem. Outros pensavam em ficar algum tempo até terem melhores condições econômicas e emocionais para seguirem viagem ao México ou algum país europeu. Para a grande maioria não era uma

---

<sup>20</sup> Uma das principais preocupações da ditadura militar brasileira era coibir o que ela acreditava ser uma campanha feita pelos exilados e organismos estrangeiros, como a Anistia Internacional, para desabonar o Brasil no exterior.

<sup>21</sup> Processo 10077/77 – Caixa 614/05280 – Fundo DSI/Ministério da Justiça – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

<sup>22</sup> Diferentemente das demais ditaduras do Cone Sul o auge da violência política no Brasil não ocorreu nos anos imediatamente seguintes ao golpe de 1964, mas sim a partir de 1969, com ênfase na primeira metade dos anos 1970, através da criação do sistema CODI-DOI e a repressão à Guerrilha do Araguaia. Sobre esse tema ver: QUADRAT, Samantha. *op. cit.*



opção, não era a primeira opção. Contudo, para uma parte deles acabou se tornando a opção.

“Eu imaginava que para mim o Brasil seria só uma passagem. Logicamente, o México era o lugar para o qual eu deveria ter ido. Muitos dos meus amigos de Córdoba estavam lá. Cheguei aqui, onde só conhecia um casal de argentinos, com meu passaporte válido por apenas mais dois meses. O passaporte expirou e não consegui outro até a regularização da minha situação no país. Além disso, cheguei com pouquíssimo dinheiro. Quando cheguei ao Brasil, a catástrofe era tão grande... famílias com crianças, sem trabalho e sem recursos. Aos poucos, com muito apoio e solidariedade de argentinos que já estavam aqui e de brasileiros que ia conhecendo, fiquei.”<sup>23</sup>

Ou como recorda Ângela, que chegou ao Brasil em 1979,

“Na verdade, em algum momento tinha pensado em ir para a Espanha, mas não era um objetivo. Vir para o Brasil foi muito por acaso. Era perto... Um casal amigo fez a nossa cabeça, pois eles estavam vindo para o Brasil. Eu não conhecia o Brasil. Nunca tinha vindo ao Brasil.”<sup>24</sup>

Apesar de rápida, a decisão de sair nem sempre foi pessoal. Em alguns casos, diante da impossibilidade de seguir lutando e das quedas sucessivas de seus integrantes, foi tomada em conjunto com a organização.

A saída ganhava contorno ainda mais dramático quando era uma decisão a ser tomada pelo casal. Nem sempre a decisão de sair era unânime. O difícil consenso sobre a partida vinha acompanhado sobre a escolha de para onde ir. Discussões que muitas vezes abalavam o casamento. No entanto, as opções eram mínimas.

Sair ou ficar na clandestinidade? Abandonar ou não o projeto político? Reconhecer a derrota? Partir e deixar para trás companheiros ou parentes presos ou desaparecidos?

Até para quem já vinha pensando em sair desde o golpe não era uma decisão fácil a ser tomada.

---

<sup>23</sup> Entrevista com Mirtha Ramirez, em 08 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro. Mirtha é de Corrientes, estudou psicologia em Córdoba e militava pela FAL.

<sup>24</sup> Entrevista com Angela Marquardt, em 29 de Maio de 2006, no Rio de Janeiro. Angela é de Mar del Plata e concluiu seus estudos de arquitetura no Rio de Janeiro.

“A decisão de sair já era pensada desde o golpe. Não havia possibilidade de resistência. Foi um massacre. A gente não podia fazer nada. Reagir... Resistir... Nada! Logicamente que sair era uma opção. Minha filha outro dia estava vendo *Kamchatka*. Eu fiquei emocionado. Ai ela me perguntou: “Por que vocês não iam embora?” Se você está fora é o óbvio, mas quando você está dentro não é do mesmo jeito. Como ir embora? É a sua vida, você resiste.”<sup>25</sup>

No caso de Angela, havia o agravante de deixar o irmão preso para trás. O sentimento de culpa acompanha boa parte dos exilados. Culpa por sobreviver, por sair, por abandonar a família e os companheiros. Por tudo. Mirtha nos relatou que ainda tem a culpa dos sobreviventes como uma marca, uma cicatriz que não sai do corpo.

Não raramente, a decisão de sair veio acompanhada por algum acontecimento específico, pela perda constante de amigos e parentes ou pela certeza de que o cerco estava se fechando após a *queda* de um companheiro que poderia levar a localização de quem já vivia na clandestinidade.

O caso dos psicanalistas é exemplar. Eduardo, que chegou ao Brasil em 1976, nos contou que a decisão de sair veio após a percepção que amigos e companheiros estavam desaparecendo e ele estava perdendo contatos, que eram difíceis de serem restabelecidos em tempos de normas de seguranças rígidas.

Carlos sofreu uma tentativa de seqüestro, passou para a clandestinidade e por fim decidiu partir em Dezembro de 1977.<sup>26</sup> Primeiro para o Uruguai e depois para o Brasil. O destino final seria a Espanha, mas o contato com amigos brasileiros, exilados na Argentina, e a obtenção de trabalho incentivaram sua permanência no país.

Alguns dos nossos entrevistados foram alertados que estavam sendo procurados e que era a hora de deixar o país. Mirtha teve a “visita” das forças de repressão disfarçadas por uma seresta.

O exílio, ainda que não estivesse formulado para quem partia, era um desafio. Não existiam planos, não se cogitava por quanto tempo. Seria breve? Seria longo? Seria definitivo? Lembranças de importantes personagens da história argentina, como San

---

<sup>25</sup> Entrevista com Eduardo Lociser, em 07 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro. Eduardo é de Buenos Aires, psicanalista e militava nos Montoneros.

<sup>26</sup> Entrevista com Carlos, em 30 de Agosto de 2006, no Rio de Janeiro. Carlos é de Buenos Aires, professor e militante do movimento estudantil.

Martin e o próprio Juan Perón, misturavam-se a essas incertezas. A Argentina seria a terra do exílio.

Uma situação que nos dá conta dessa ausência de planos foi relatada por Glória.<sup>27</sup> Com indisfarçável humor lembrou que saiu da Argentina com o marido e os cunhados levando uma panela e um monte de latas de sardinha.

Em função do que estava ocorrendo na Argentina, a família acabava por receber com alívio a decisão de partir. Preferia a garantia da sobrevivência, mesmo que isso significasse a desestruturação da família com os filhos se espalhando por países diferentes. O caso de Mirtha é ímpar nesse sentido. Após a “visita” das forças de repressão resolveu, junto com a já desmantelada organização, que era a hora de sair. Por questões de segurança primeiro foi para Buenos Aires. Quando partiu para o Brasil avisou a mãe, que foi encontrá-la em Paso de los Libres e juntas cruzaram a pé a fronteira entre Argentina e Brasil.<sup>28</sup> Segundo Mirtha, a mãe aceitaria qualquer coisa, desde que ela continuasse viva.

Em sua maioria eram muito jovens, alguns sequer haviam saído anteriormente da Argentina para férias ou compromissos profissionais. O que se tornou um obstáculo na medida em que não tinham passaporte e procurar as autoridades responsáveis por sua emissão não era uma opção. Nesse sentido, o Brasil foi uma opção viável pela ausência da cobrança do passaporte, apenas da carteira de identidade, e a facilidade de cruzar a fronteira, por ônibus ou avião, sem muita burocracia, apesar da desconfiança e do medo. “O problema é que eu só tinha a cédula de identidade. Só poderia então ir para o Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil. Então a gente veio para o Brasil porque tínhamos um amigo de infância que vivia no Rio de Janeiro.”<sup>29</sup>

Um outro aspecto que favorecia a vinda para o Brasil, apontado pelos entrevistados, foi a dimensão territorial brasileira, que gerava a idéia de que seria mais difícil de ser encontrado.

No entanto, como apontou Eduardo, não existiam rotas de fugas, mas possibilidades.

---

<sup>27</sup> Entrevista com Glória Seddon, em 02 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro. Glória é de Buenos Aires, psicanalista e militava no MR17.

<sup>28</sup> Os estudos sobre o Plano Condor mostram que a fronteira entre Argentina e Brasil, especialmente a cidade de Paso de los Libres, foi palco para muitas ações conjuntas da repressão.

<sup>29</sup> Glória Seddon

“Se formavam pontes porque você conhecia alguém que conhecia alguém. Não havia muita avaliação. Eram linhas de fuga. Eram rotas possíveis, não eram destinos.”

Nesse sentido, a existência de um amigo ou de um parente que já vivia no Brasil era visto também como uma esperança num momento difícil como a chegada ao exílio. Muitos traziam apenas um papel com um nome e um telefone de alguém para procurar, outros o contato de quem já havia deixado anteriormente a Argentina e se preocupava em receber os recém-chegados.

“Eu vim para o Brasil porque eu tinha dois papezinhos com telefones de gente daqui. Não foi uma escolha política. Eram telefones de brasileiros. Um amigo veio na frente porque quando foram pegá-lo em casa ele deu um jeito de fugir. Esse episódio foi decisivo para a minha vinda. As coisas estavam muito difíceis. Era violentíssimo.”<sup>30</sup>

Os entrevistados para essa pesquisa até o presente momento são ainda moradores da cidade do Rio de Janeiro, no entanto, nem sempre essa foi sua primeira parada no Brasil. De acordo com os contatos que já possuíam alguns foram antes para São Paulo, até se decidirem pelo Rio de Janeiro.

Apesar de alguns terem contatos prévios, e em função disso terem vindo para o Brasil, no caso da saída de famílias nem sempre seus integrantes vieram juntos. Todas as condições de segurança eram analisadas. Casais deixavam os filhos com os avós para que os trouxessem depois. Se o casal fosse pego na fronteira ou no aeroporto estaria sozinho e as crianças salvas. Além, é claro, de terem tempo para se estruturarem, conseguirem uma casa e um trabalho. Em outras situações, mas com os mesmos objetivos, os maridos partiam na frente.

Os encontros eram marcados na rodoviária ou no aeroporto. Sem as facilidades atuais de comunicação, esperavam-se horas por um rosto conhecido. Enquanto isso o medo e a angústia de um possível desencontro.

Um outro fator importante nesse momento de chegada era o dinheiro que se trazia da Argentina para a instalação e sobrevivência até se conseguir seguir em frente. Ainda que alguns tenham conseguido vender algum bem, a família tenha ajudado e o capital acumulado tenha rendido mais do que se esperava em função da desvalorização da moeda brasileira na época, a necessidade de se conseguir um trabalho era urgente.

---

<sup>30</sup> Eduardo Lociser.

Alguns, como Mirtha, gastaram o que tinham ajudando a quem chegava. Afinal, como lembra Eduardo, as pessoas chegavam em condições precárias. Financeiramente comprometidas, emocionalmente destruídas.

Os primeiros argentinos que chegaram ao Brasil logo se transformaram em base para quem foi chegando. Glória, uma das primeiras a chegar, em 1975, lembrou a rede de solidariedade criada.

“Tinha gente pirando. Um havia perdido irmão, outro tinha perdido o pai. O caos morava aqui. Como nós fomos os primeiros a chegar ao Rio de Janeiro, mesmo sem estrutura econômica ou psicológica suficiente, viramos um ponto de referência - eu tinha perdido os meus cursos de Medicina e de Psicologia este no primeiro ano e aquele no quinto. Recebíamos muita gente em casa e conseguíamos trabalho, estudo, casa, atendimento médico, etc. Também nos divertíamos e organizávamos festas, onde cada um levava alguma coisa. Hospedávamos pessoas em casa que não podiam ficar no Brasil por falta de documentos até conseguirem o asilo e partirem para Europa. Algumas pessoas mais velhas e experientes ajudaram muito na organização também. Por exemplo, a psicanalista de crianças Maria Luiza Siquier de Ocampo, a “Pichona” cujo filho – ele era colega e amigo do meu irmão - foi assassinado pelas forças da repressão. Ela era uma pessoa muito forte, e que apesar de terem matado o filho dela, fez da casa dela um centro de referência porque ela tinha contatos internacionais. Além disso, ela tinha sido diretora da Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional de Buenos Aires e chegou aqui com grande cartaz, ela era realmente importante. Tinha reuniões na casa dela, desde políticas, até corais, passando por supervisões. Algum tempo depois ela foi para Espanha.”

Carlos recordou que a casa dificilmente ficava vazia. Sempre havia alguém de passagem por um período de até seis meses.

A busca do exílio era uma luta pela sobrevivência e/ou por um modo de vida não asfixiante.<sup>31</sup> Cruzar a fronteira era ao mesmo tempo uma mescla de alívio e contínua preocupação. Especialmente no início o medo permanecia. Haveria infiltrados nos grupos? Era uma boa opção buscar o Consulado e se registrar? Até quando seria necessário manter as normas de segurança? O que poderia ser dito aos brasileiros? O que deveria ser omitido? E, fundamentalmente, estariam a salvo da violência política no Brasil? O quão grande seria o braço da repressão? Ele chegaria até aqui?

---

<sup>31</sup> ROLLEMBERG, D. *op. cit.*, p. 52

Essas e outras questões eram latentes para os recém-chegados. Para alguns a ordem era falar o menos possível.

Eduardo relembra a questão do medo na chegada ao Brasil.

“Eu já havia passado pelo susto inicial porque estávamos preocupados com os brasileiros. Porque eu achava que todo mundo ia perguntar, se a gente era militante, o que fazíamos. E nós estávamos preocupados com o que íamos dizer. Até hoje ninguém me perguntou nada. Trinta anos depois!”

No mesmo sentido recordou Osvaldo Saidón. Sempre temeroso que alguém o perguntasse o que fazia no Brasil não acreditou quando a pergunta foi feita apenas num centro de umbanda, por um Exu, um orixá da religião afro-brasileira. Nem a polícia, nem ninguém o havia perguntado até então.<sup>32</sup>

Devemos ressaltar que essas questões não eram baseadas apenas em aspectos subjetivos que acompanhavam os exilados. Ainda que não bem formulada naquela época já havia a certeza de que as forças de repressão agiam além da fronteira. Alguns exilados, como Eduardo, somente anos depois, relacionaram os fatos.

“No início tínhamos medo de infiltração. Eu fui seguido pela Operação Condor, mas só fui saber muito tempo depois. Isso deve ter sido em 78 ou 79. Eu estava mais solto, já tinha relaxado de toda aquela paranóia. Bom, mas por uma questão de treinamento, que a gente nunca esquece, seja até mesmo por vício. Eu tinha visto quando ia para o meu carro quatro caras entrando num carro. Registrei, só por um vício. Eu saio e vi que eles saíram também. Eu viro e eles viraram também. Comecei a imaginar que era uma paranóia, um reviver. Então comecei a fazer um teste. Eu fiz um mapa mental do trajeto. Virei três vezes para o meu lado. Eu não acreditava muito naquilo. Eu só fui reconstruir isso quando soube da Operação Condor. Amigos meus uma vez saindo da Morada de Sol foram fotografados por alguns homens. Não sabemos se eram os mesmos. Não era um operativo de seqüestro, mas eles estavam fazendo um mapa de quem estava aqui. Se eles fossem seqüestrar deveria ser alguém da hierarquia. Eu nem contei muito para os amigos porque achava que estava muito paranóico. Nem dei muita importância. Só quando vi a denúncia da Operação Condor.”

---

<sup>32</sup> A história foi relatada para Heliana de Barros Rodrigues, que a reproduziu no artigo “O homem sem qualidades.”. IN: <http://www2.uerj.br/~revispsi/v4n2/artigos/ARTIGO2.html>.

Outros já tinham notícias sobre os desaparecimentos de argentinos no Brasil.<sup>33</sup> O que aumentava o medo, a tensão e a paranóia.

Como afirmou Denise Rollemberg, “o refugiado vive sob a pressão de ter de se adaptar à nova realidade, mas segundo referências idealizadas de um tempo passado e de um lugar não mais existente.”<sup>34</sup> No caso do exílio argentino no Brasil, além dessa pressão havia o medo do longo alcance dos braços da repressão política.

Renée já estava há cerca de quatro anos no Brasil quando um jovem delegado de polícia brasileiro foi integrado ao grupo onde ela fazia análise.<sup>35</sup> Renée lembra de ter feito um escândalo quando soube e dito ao analista: “Eu vim perseguida da Argentina não vou aceitar isso!”

Para evitar tensões o analista fez várias sessões com o grupo até o policial ser incorporado. Da distância e desconfiança inicial o grupo acabou aceitando a sua presença e a convivência tornou-se pacífica. Os argumentos usados pelo analista eram de que o rapaz era “de sua confiança”, ainda muito jovem, recém-ingresso nas forças policiais e que em função disso não teria participado da repressão política no Brasil.

Um dos principais problemas era o medo de infiltrações entre os exilados. Para Glória não havia dúvida de que isso estava acontecendo.

“Eu morria de medo. Eu via dedo duro em todas as partes. E tinha. A gente tinha medo no grupo de argentinos de dedo duro, de gente infiltrada. Em dois momentos, uma vez com um rapaz e outra com uma mulher, que foi uma paranóia generalizada. Eram atitudes suspeitas e logo depois pegaram uns três argentinos em São Paulo, algumas cabeças dos montoneros e levaram direto para Buenos Aires. Então tenho certeza de que havia infiltração.”

No entanto, a grande maioria dos exilados reconhece que após o medo inicial ou em situações específicas, aos poucos foram relaxando diante das antigas normas de

---

<sup>33</sup> No Brasil, desapareceram seis argentinos que estavam vindo ou passavam pelo país, não eram exilados. São eles: Enrique Ruggia (1974), Horacio Campiglia (1980), Jorge Adur (1980), Lorenzo Viñas (1980), Mônica Bisntock (1980) e Noberto Habegger (1978). Na listagem da CONADEP aparecem ainda outros nomes. Sobre o tema ver: QUADRAT, Samantha Viz. “O Brasil sob a asa sombria do Condor” IN: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Paulo: EDUFSCar, 2006. pp. 161-181

<sup>34</sup> ROLLEMBERG, Denise. “Quando o real escapa pelos horizontes: exilados, estrangeiros, apátridas”. In: PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando fronteiras disciplinares*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 216

<sup>35</sup> Entrevista com Reina (Renée) Hanono, em 08 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro. Renée é de Buenos Aires, matemática e militava em Associações de Docentes.

segurança e vigilância. Apesar disso, como já ressaltou Edward Said, “o exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito, plácido ou seguro.”<sup>36</sup>

Se a experiência do exílio variou de país para país, no Brasil variou também com o momento da chegada diante das contradições do processo de transição.

O Brasil, se comparado com a Argentina, era visto como um paraíso, associação bastante freqüente nas entrevistas realizadas por nós. Uma “ilha democrática” aos olhos de René.

Por outro lado, as incertezas da transição geravam medo, tensões. Os militares envolvidos com a repressão política não queriam perder o poder e as vantagens acumuladas durante a ditadura. As disputas internas no governo sobre a redemocratização foram expostas através de vários atentados com bombas em bancas de jornal, que vendiam publicações da oposição, e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, do operário Manuel Fiel Filho, em 1976, as duas em dependências oficiais, e o *massacre da Lapa*<sup>37</sup>, também em 1976, causaram medo aos que chegavam de outros países. Não raramente surgia a dúvida se a vinda ou permanência no Brasil era uma decisão acertada.

A segunda metade dos anos de 1970 pode ser considerada um período de grande ebulição, de intensas transformações políticas, culturais e sociais a despeito da crise econômica, com o *milagre* já mostrando sinais de esgotamento.

A crise econômica que começava a se mostrar cada vez mais forte para o país acabou atingindo também os exilados, que precisavam trabalhar para sobreviver e permanecer no Brasil. Para isso, todos necessitavam de vistos.

Alguns exilados, especialmente, os que rapidamente conseguiram um emprego, tiveram mais sorte na hora de conseguir o visto permanente. Outros permaneciam no Brasil com visto de turista, sendo obrigados a viajar periodicamente para o Paraguai, de onde obteriam um novo visto ao retornar ao país.

Além de ser mais um gasto em tempos de dificuldades financeiras, havia o medo de ser pego na fronteira e a saudade de ver a Argentina do outro lado, pertinho.

---

<sup>36</sup> SAID, E. “Reflexões sobre o exílio”. IN: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 60

<sup>37</sup> O episódio da ditadura brasileira conhecido como o Massacre da Lapa corresponde ao ataque ao comitê central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Morreram na casa, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Posteriormente, sob tortura em dependências oficiais do governo, morreu João Baptista Franco Drummond.



A dificuldade de conseguir o visto permanente era por vários motivos. À psicóloga Mirtha havia sido negado por profissão “perniciosa”. Eram exigidos também atestados da Argentina que assegurassem bons antecedentes. Documentos difíceis para militantes. Em alguns casos, quem conseguiu a documentação pode fazê-lo após a família subornar as autoridades competentes na Argentina.

Buscar o consulado era visto como um encontro com o inimigo. Por motivos óbvios a grande maioria não se registrou na representação oficial. Havia o medo de que o endereço fosse fornecido às forças de repressão.

Quem chegou a procurar o consulado, como Renée, relembra os maus tratos.

“Quando a gente chegou a gente tinha pavor do consulado. Quando fomos lá eles nos tratavam muito mal porque achavam que a gente tinha feito alguma coisa errada. Todos tínhamos medo deles mandaram os nomes para os militares. Mas a gente precisava de algumas certidões. Era um horror, um pavor ir ao consulado. Tinha um cara do consulado que morava aqui no condomínio e nós fugíamos dele sempre. Tínhamos medo.”

Nem todos pensaram em registrar seus filhos. Além da relação de amor e ódio com o país natal, alguns pensavam em termos práticos. O marido de Mirtha, brasileiro e ex-exilado, não cogitava o registro alegando que “os loucos milicos argentinos” poderiam declarar uma outra Guerra das Malvinas e o filho ser convocado para lutar.

Se no exílio europeu os latino-americanos buscavam visibilidade para denunciar os crimes de violações dos direitos humanos praticados pelas ditaduras, no Brasil, a busca era pelo silêncio. O Estatuto do Estrangeiro no Brasil proibia a participação de estrangeiros em questões política com previsão até mesmo de expulsão do território nacional para quem desrespeitasse as leis.<sup>38</sup>

O risco de voltar à Argentina era muito grande. Notícias do desaparecimento de pessoas que haviam voltado chegavam aos exilados. Além disso, a família, amigos e jornalistas brasileiros alertavam do perigo de um retorno prematuro frente aos atos de violência política na Argentina.

Contudo, com o avanço da abertura política e dos movimentos sociais pelo retorno à democracia no Brasil abriu-se espaço para uma mobilização maior. Tal ponto

---

<sup>38</sup> Um novo estatuto entrou em vigor durante a estadia de Videla, a lei nº 6.815, de 19 de Agosto de 1980, mantendo a proibição de envolvimento político. O Estatuto ainda é mesmo até os dias de hoje e está disponível no endereço <http://www.mj.gov.br/Estrangeiros/Estatuto.htm>.

foi visível em dois momentos fundamentais, a saber: a visita oficial feita pelo general Videla ao país, entre 20 e 24 de Agosto de 1980, e durante a Guerra das Malvinas, em 1982.

No decorrer do ano de 1979, chegou ao Rio de Janeiro, repassado por argentinos radicados em São Paulo, um dossiê escrito por três ex-presas políticas, Maria Alicia Miru, Sara Solartz de Osatinky e Ana Maria Martí, que haviam sido liberadas por Massera para atuarem no exílio como agentes duplas. Ao chegarem à França, as três mulheres acabaram realizando a denúncia sobre as gravíssimas violações dos direitos humanos que estavam ocorrendo na Argentina. O dossiê, que teria sido enviado pelos exilados no México, trazia informações importantes sobre o funcionamento da ESMA, inclusive contabilizava o número de 4.726 mortos nesse centro clandestino de detenção.

Junto com a denúncia das ex-presas políticas chegou também o documento *Argentina: genocídio* contendo as denúncias dos campos de concentração, notícias de jornais e da luta dos familiares dos presos e desaparecidos.

O documento teve uma enorme repercussão entre os exilados, que realizaram diversas reuniões para debater a situação argentina. O dossiê, como nos contou Carlos, era “uma bomba”.

Apesar das dúvidas iniciais, os assassinatos políticos já eram visíveis antes mesmo de 1976, começava a se formar um quadro com a verdadeira dimensão da violência política argentina. Quadro que só teria sido finalizado com o retorno à democracia e todas as informações e denúncias formalizadas ao longo dos anos de 1980.

Durante as reuniões, realizadas nas casas de diversos exilados, o grupo, formado por pessoas de diferentes organizações políticas, decidiu fazer um abaixo assinado de repúdio a vinda de Videla ao Brasil e uma manifestação em frente ao consulado na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro.

Os dias que antecederam a chegada de Videla ao país e da própria visita foram marcados por protestos de organizações de defesa dos direitos humanos, de organizações políticas e do movimento estudantil.

As reivindicações nesse momento giravam em torno do esclarecimento dos desaparecimentos políticos de brasileiros e argentinos durante o *Processo*. Videla, que só respondeu a sete perguntas feitas pelos jornalistas, alegou que os desaparecidos eram conseqüências da guerra.<sup>39</sup> Sobre os desaparecidos brasileiros coube ao embaixador

---

<sup>39</sup> Jornal do Brasil, 21 de Agosto de 1980. p. 4

Oscar Camillion responder: “Ah, a senhora está me dizendo uma novidade. Tem a lista aí para me mostrar ? Eu nunca tinha ouvido falar nisso!”<sup>40</sup>

Além dos protestos, Videla causou mal estar com o discurso que conclamava o Brasil a se engajar numa cruzada subcontinental com as bandeiras: “*Liberdade e progresso, paz e segurança, democracia e justiça.*”<sup>41</sup> O convite foi recusado pelo governo brasileiro, que negou, apesar de notório, qualquer constrangimento diante das palavras do ditador argentino.

Apesar do medo e da suspeita, alguns exilados retornaram antes do fim da ditadura na Argentina para visitar a família em viagens consideradas perigosas. Afinal, entrar na “cova dos leões” e depois conseguir cruzar a fronteira novamente era bastante arriscado. Já circulavam as notícias de alguns argentinos que haviam retornado e desaparecido. No entanto, acontecimentos familiares, como doenças e falecimentos, impulsionaram as viagens, mas era temporário. Ainda não era a **volta**, o **reencontro**. Somente a partir de 1983 a possibilidade de finalmente retornar começou a ser vista como real. Ainda que não tenha sido uma decisão tomada por todos que viviam no Brasil e que preferiram continuar no país de “acolha”.

#### **Fontes:**

\* Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – Brasil)

Fundo: DSI- Ministério da Justiça

\* Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – Brasil)

\* Orais<sup>42</sup>:

-Entrevista com Ângela Marquardt, arquiteta.

Data: Rio de Janeiro – 29 de Maio de 2006.

-Entrevista com Carlos, professor

Data: Rio de Janeiro – 30 de Agosto de 2006.

-Entrevista com Eduardo Losicer, psicanalista.

Data: Rio de Janeiro – 07 de Junho de 2006.

-Entrevista com Glória Seddon, psicanalista.

---

<sup>40</sup> Jornal do Brasil, 23 de Agosto de 1980. p. 4

<sup>41</sup> Jornal do Brasil, 20 de Agosto de 1980. p. 4. A “cruzada” argentina pode ser conferida em ARMONY, A. *La Argentina, los Estados Unidos y la cruzada anticomunista em América Central. 1977-1984*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.

<sup>42</sup> Todos os entrevistados permitiram o uso dos seus nomes verdadeiros. Somente Carlos pediu que fosse omitido o seu sobrenome.

Data: Rio de Janeiro – 02 de Junho de 2006

-Entrevista com Mirtha Ramirez, psicanalista.

Data: Rio de Janeiro – 08 de junho de 2006

-Entrevista com Reina (Renée) Hanono, matemática.

Data: Rio de Janeiro – 08 de junho de 2006

\* Jornal do Brasil (Rio de Janeiro – Brasil – circulação nacional)

### **Referências bibliográficas:**

ARMONY, A. *La Argentina, los Estados Unidos y la cruzada anticomunista em América Central. 1977-1984*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon e CASTRO, Celso de. *A Volta aos Quartéis - A Memória Militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MOREIRA, Julia Bertino. “A problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil” In: [http://www.usp.br/prolam/downloads/2005\\_2\\_3.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2005_2_3.pdf) (Consultado em 01 de maio de 2006)

MUNCK, Gerardo e LEFF, Carol Skalniff. *Modos de Transição em Perspectiva Comparada*. Lua Nova, nº 40/41, 1997.

QUADRAT, Samantha Viz. “Exiliados argentinos en Brasil. Una situación delicada”. in: YANKELEVICH, P. y JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios .Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

\_\_\_\_\_. “O Brasil sob a asa sombria do Condor” IN: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlo: EDUFSCar, 2006. pp. 161-181

\_\_\_\_\_. *A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2005.

REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional*. Rio de Janeiro:FGV, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. “Quando o real escapa pelos horizontes: exilados, estrangeiros, apátridas”. In: PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando fronteiras disciplinares*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

- \_\_\_\_\_. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. *Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha*. DADOS, vol. 29, nº 02, 1986
- SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VASQUEZ, Ana e ARAUJO, Ana Maria. *Exils latino-américains: la malédiction d'Ulysse*. Paris : L'Harmattan/CEMI, 1988.
- YANKELEVICH, Pablo (comp.). *Represión y destierro: itinerários del exilio argentino*. Buenos Aires: Al Margen, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Memoria y exilio. Sudamericanos en México" IN: GROPPPO, Bruno e FUNES, Patrícia (comps). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile e Uruguay*. La Plata: Ediciones al Marpeu, 2001. pp. 229-248